

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.529.947 - PR (2019/0182986-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**AGRAVANTE** : LUDICAL EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA  
**ADVOGADOS** : EWERTON LINEU BARRETO RAMOS - PR026366  
FERNANDO LUIZ CHIAPETTI - PR030885  
**AGRAVADO** : EUCLIDES GIROLAMO SCALCO  
**AGRAVADO** : MARIO VARGAS JUNQUEIRA DA ROCHA  
**ADVOGADOS** : CIRO ALBERTO PIASECKI - PR011383  
LILIANE GRUHN - PR020217  
SILVANO GHISI - PR040970  
RODRIGO ALBERTO CRIPPA - PR034380

### **DECISÃO**

Trata-se de agravo interno interposto por LUDICAL EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. contra a decisão da Presidência do Superior Tribunal de Justiça que não conheceu do recurso especial pela incidência das Súmulas nº 211/STJ e nº 284/STF.

Nas presentes razões, a agravante afirma que a violação do artigo 489, § 1º, IV, do Código de Processo Civil de 2015 não trata de questão não prequestionada e sim de argumento relevante que foi ignorado pelas instâncias ordinárias.

Além disso, sustenta que o recurso especial deixa claro que a interpretação divergente se deu em relação aos artigos 113 e 422 do Código Civil, pelo que não há falar em deficiência de fundamentação nesse ponto.

Por fim, assevera que a jurisprudência desta Corte admite o prequestionamento implícito e a indicação implícita do dispositivo de lei violado.

É o relatório.

### **DECIDO.**

Em razão de a parte agravante ter demonstrado a não incidência da Súmula nº 211/STJ, reconsidera-se a decisão de fls. 375/378 (e-STJ) e passa-se à análise do agravo em recurso especial.

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial. O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, insurgiu-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná assim ementado:

*"APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - INSTRUMENTO PARTICULAR DE CESSÃO DE QUOTAS SOCIETÁRIAS - PAGAMENTO MEDIANTE PREÇO FIXO E TRANSFERÊNCIA DE PROVEITO ECONÔMICO DE AÇÕES JUDICIAIS - SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA - INSURGÊNCIA DA REQUERIDA - PRELIMINAR DE*

INOVAÇÃO RECURSAL - NÃO ACOLHIMENTO - QUESTÃO OPORTUNAMENTE SUSCITADA EM ALEGAÇÕES FINAIS - PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA POR FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO - REJEIÇÃO - MOTIVAÇÃO SUFICIENTE E DETERMINANTE PARA A SOLUÇÃO DADA À LIDE - INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO AOS ARTS 489, § 1º, DO CPC E 93, IX, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA - DISCUSSÃO ACERCA DO SIGNIFICADO DA EXPRESSÃO "100% SOBRE O PROVEITO ECONÔMICO" ORIUNDO DE AÇÃO JUDICIAL - PRETENSÃO DE INTERPRETAÇÃO FAVORÁVEL À APELANTE - INVIABILIDADE - AUSÊNCIA DE VULNERABILIDADE - PLENA POSSIBILIDADE DE COMPREENSÃO E DISCUSSÃO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS - AUSÊNCIA DE DISCUSSÃO OU DE PREVISÃO CONTRATUAL QUANTO AO DESCONTO DE VALORES A TÍTULO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E OUTROS ENCARGOS INTERPRETAÇÃO ADEQUADA À BOA-FÉ OBJETIVA - NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA À LITERALIDADE DA CLÁUSULA E DEMAIS CIRCUNSTÂNCIAS DO NEGÓCIO - IMPOSSIBILIDADE DE OUTROS DESCONTOS PARA ALÉM DO IMPOSTO DE RENDA - RESPONSABILIDADE PELOS HONORÁRIOS NÃO TRANSFERIDA EXPRESSAMENTE - DEMAIS TRIBUTOS INCIDENTES POR CIRCUNSTÂNCIAS ALHEIAS À VONTADE E À CONDUTA DOS APELADOS - ALEGAÇÃO DE QUITAÇÃO PARCIAL DA OBRIGAÇÃO EM RELAÇÃO A UM DOS APELADOS POR AUSÊNCIA DE RESPOSTA À NOTIFICAÇÃO - NÃO ACOLHIMENTO - SILÊNCIO QUE NÃO PODE SER CONSIDERADO CONCORDÂNCIA COM OS VALORES - ARTS. 111 E 320 DO CÓDIGO CIVIL - SENTENÇA MANTIDA - HONORÁRIOS MAJORADOS - ART. 85, §§ 2º E 11 DO CPC.

1. Não há inovação recursal, pois a necessidade de interpretação favorável foi suscitada perante o Juízo a quo em alegações finais, primeira oportunidade em que a Apelante se manifestou, após tomar ciência da elaboração da minuta contratual por advogado da parte adversária.

2. A sentença apresentou motivação suficiente e determinante para a solução dada à causa, inexistindo omissão quanto a fatos relevantes e capazes de alterá-la.

3. A previsão de transferência de '100% (cem por cento) sobre o proveito econômico' obtido em ação judicial deve ser interpretada como todos os valores liberados em precatório, deduzido, apenas, o desconto obrigatório de imposto de renda.

4. Inexistem motivos para a interpretação mais favorável à Apelante, pois não se trata de contrato de adesão e não há vulnerabilidade ou dificuldade de compreensão das condições inerentes ao negócio, o qual foi objeto de várias discussões entre as partes.

5. Não havendo disposição contratual expressa acerca da transferência de responsabilidade pelo pagamento de honorários, não se justifica o abatimento desses valores em desfavor dos Apelados.

6. O desconto de outros tributos – em decorrência de transferências bancárias – constitui fato alheio à vontade e à conduta dos Apelados, não se justificando que arquem com o custeio de encargos aos quais não deram causa.

7. A quitação exige o cumprimento das formalidades previstas no art. 320 do Código Civil, de modo que o silêncio de um dos Apelados em relação ao depósito de valores e à notificação encaminhada pela Apelante não implica em concordância em relação a eles (art. 111, CC).

8. Diante do não provimento do recurso, justifica-se a majoração da verba honorária em favor dos procuradores dos Apelados, nos termos do art. 85, § 2º e § 11, do CPC.

**RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO** (fls. 232/235, e-STJ).

No recurso especial, foi alegada, além de divergência jurisprudencial, a violação do artigo 489, § 1º, IV, do Código de Processo Civil de 2015.

A recorrente sustenta que o Tribunal de origem ignorou o argumento de que a interpretação das cláusulas contratuais dúbias deve ser feita com fulcro no princípio da boa-fé contratual, de forma a favorecer a parte que não redigiu o contrato.

Após a apresentação das contrarrazões (fls. 320/328, e-STJ), o recurso foi inadmitido na origem, sobrevivendo daí o presente agravo.

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

Preliminarmente, importante consignar que o acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A irresignação não merecer prosperar.

No tocante à alegada violação do art. 489 do CPC/2015, consta no acórdão recorrido o seguinte:

*"(...)*

*Com efeito, a análise da sentença permite constatar que o Juízo a quo abordou expressamente a questão atinente à ausência de previsão contratual sobre a possibilidade ou não de descontos relativos a tributos e honorários, consoante se infere do seguinte excerto:*

*(...)*

*O tema foi novamente abordado pelo Juízo a quo ao afirmar que 'os demais descontos não são obrigatórios, bem como foram lançados unilateralmente pela parte ré sem disposição contratual nesse sentido'.*

*Conforme se vê, o Juízo a quo reconheceu a ausência de cláusula expressa acerca da possibilidade de desconto de tributos e honorários advocatícios, seja para admiti-los, seja para afastá-los, de modo que inexistia qualquer omissão acerca do tema.*

*Por outro lado, no tocante à 'inobservância, pelos Recorridos, do princípio da boa-fé', tem-se que a questão foi implicitamente afastada ao longo de todo o raciocínio desenvolvido na sentença apelada.*

*(...)*

*Assim, não merece acolhimento a alegação de ausência de fundamentação, pois o Juízo a quo apresentou os motivos que o levaram à formação de sua cognição quanto à parcial procedência da pretensão inicial, ainda que a Apelante deles discorde.*

*De fato, houve o atendimento ao disposto no art. 489 do Código de Processo Civil e no art. 93, IX, da Constituição da República, inexistindo omissão ou insuficiência de fundamentação, sendo certo que a discordância da parte em relação ao teor do decisum, contrário a seus interesses, apenas justifica a sua rediscussão em grau recursal, inexistindo qualquer erro em procedendo a autorizar a anulação da decisão.*

*(...)" (fls. 243/245, e-STJ).*

*No mérito, consta, ainda, que "a interpretação dada pela sentença à cláusula contratual mostra-se consentânea à boa-fé objetiva, uma vez que o contrato não transferiu a responsabilidade pelo pagamento dos honorários contratuais, não havendo, tampouco, qualquer deliberação ou discussão em torno do tema no momento da elaboração do contrato" (fls. 250/251, e-STJ).*

*De fato, verifica-se que o Tribunal de origem motivou adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entendeu cabível à hipótese. Não há falar, portanto, em existência de deficiência de fundamentação apenas pelo fato de o julgado recorrido ter decidido em sentido contrário à pretensão da parte.*

*A esse respeito, o seguinte precedente:*

**"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. VÍCIO NÃO CONFIGURADO. ART. 489, § 1º, DO CPC/2015. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. NÃO OCORRÊNCIA. (...)**

**1. Não há falar em omissão existente no acórdão quando o Tribunal local julga integralmente a lide, apenas não adotando a tese defendida pelos recorrentes. Não se pode confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.**

**2. Afasta-se a tese de fundamentação deficiente do aresto combatido (art. 489, § 1º, III, IV e VI, do CPC/2015), pois esta Corte Superior possui precedente de que, "se os fundamentos do acórdão recorrido não se mostram suficientes ou corretos na opinião do recorrente, não quer dizer que eles não existam. Não se pode confundir ausência de motivação com fundamentação contrária aos interesses da parte, como ocorreu na espécie. Violação do art. 489, § 1º, do CPC/2015 não configurada" (AgInt no REsp 1.584.831/CE, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 14/6/2016, DJe 21/6/2016).**

**(...)**

**5. Agravo interno a que se nega provimento" (AgInt no REsp 1.649.443/RO, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 26/9/2017, DJe 29/9/2017).**

Quanto à divergência jurisprudencial, o recurso especial não merece ser conhecido pela incidência da Súmula 284 do STF.

De fato, resta caracterizada a deficiência de fundamentação recursal porque a parte recorrente deixou de indicar qual o dispositivo legal teria sido malferido pela Corte local, com a consequente demonstração da divergência de interpretação à legislação infraconstitucional.

Nesse sentido:

*"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. ARTIGO DE LEI. VIOLAÇÃO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA Nº 284/STF. FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO. TERMO INICIAL DA PRESCRIÇÃO. TÉRMINO DO CONTRATO.*

*1. O recurso especial fundamentado no dissídio jurisprudencial exige, em qualquer caso, que tenham os acórdãos - recorrido e paradigma - examinado o tema sob o enfoque do mesmo dispositivo de lei federal.*

*2. Se a divergência não é notória, e nas razões de recurso especial não há a indicação de qual dispositivo legal teria sido malferido, com a consequente demonstração da divergência de interpretação à legislação infraconstitucional, aplica-se, por analogia, o óbice contido na Súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal, a inviabilizar o conhecimento do recurso pela alínea "c" do permissivo constitucional. Precedentes.*

*3. (...)*

*4. Agravo interno não provido" (AgInt no AREsp 973.413/MG, Rel. MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 01/12/2016, DJe 16/12/2016 - grifou-se).*

Ante o exposto, reconsiderando a decisão de fls. 375/378 (e-STJ), conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e negar-lhe provimento.

Na origem, os honorários sucumbenciais foram fixados em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação, os quais devem ser majorados para o patamar de 17,5% (dezessete e meio por cento) em favor do advogado da parte recorrida, nos termos do artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, observado o benefício da gratuidade da justiça, se for o caso.

Publique-se.

Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA  
Relator